



ACÓRDÃO Nº 468/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11413/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Manoel Jerônimo Portela, Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá – AM.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6698/2016-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls.2525/2526).
- 8- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Ciência.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Manoel Jerônimo Portela**, responsável pela Câmara Municipal de Santo Antonio do Içá, no curso do exercício 2015;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Manoel Jerônimo Portela** no valor de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento das improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.3. **Considerar em Alcance** o **Sr. Manoel Jerônimo Portela** no valor de **R\$ 23.265,00** (vinte e três mil, duzentos e sessenta e cinco reais), correspondente às impropriedades constantes no item 15.11 do voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;



ACÓRDÃO Nº 468/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.4. Determinar a remessa das peças processuais necessárias à demonstração da necessidade de investigação e apuração de ato de improbidade administrativa do **Sr. Manoel Jerônimo Portela**, nos termos do art. 22, da Lei nº 8.429/92, ao Ministério Público do Estado do Amazonas, devendo esta providência ser adotada pela Secretaria do Tribunal Pleno, imediatamente após a publicação do Acórdão que resultar deste processo, tendo em vista os prazos prescricionais previstos no art. 23, da referida Lei;

9.5. Dar ciência ao **Sr. Manoel Jerônimo Portela**, encaminhando-lhe cópias do Acórdão, do Relatório/Voto, dos Relatórios Conclusivos e do Parecer Ministerial, para ciência do feito e interposição de recurso, caso queira.

10- Ata: 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 2 de Maio de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral